

Reunião de Conselho Geral

Ata n.º 17

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, por videoconferência, através da plataforma Zoom, reuniu o Conselho Geral da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, sob a presidência da professora Catarina Peixinho, com a seguinte ordem do dia: -----

- Ponto um: Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; -----
- Ponto dois: Tomada de posse dos novos membros do Conselho Geral; -----
- Ponto três: Informações; -----
- Ponto quatro: Aprovação dos métodos utilizados para a avaliação das candidaturas ao cargo de Diretor; -----
- Ponto cinco: Aprovação do Regulamento do Procedimento Concursal para a eleição do Diretor da EACMC; -----
- Ponto seis: Análise de uma questão relacionada com o Regulamento Interno. -----

Como ponto prévio à ordem do dia, a presidente do Conselho Geral colocou à consideração dos conselheiros fazer-se uma ligeira emenda à ordem do dia no sentido de, no ponto seis, se tratarem duas questões relacionadas com o Regulamento Interno e não apenas uma. A alteração à ordem do dia proposta foi aceite por unanimidade dos conselheiros presentes. -----

Dando início à ordem do dia, a presidente do Conselho Geral deu a palavra à professora Sofia Novo para ler a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião em causa. -----

Dando seguimento à ordem do dia, a presidente leu o Termo de Tomada de Posse, que será posteriormente assinado pelos novos membros do Conselho Geral, designadamente, os representantes dos alunos Miguel Maia e André Godinho e o representante da associação de pais e encarregados de educação Filipe Rosa. -----

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia, a presidente informou o Conselho que, no seguimento do contacto que fez com a [REDACTED], esta a informou que já havia comunicado ao Município a sua vontade de sair deste Conselho, embora oficialmente a escola ainda não tenha sido informada disso, razão pela qual a [REDACTED] continua a constar das convocatórias das reuniões. A conselheira Marta Rovira prontificou-se a contactar a autarquia no sentido de esclarecer esta questão. De seguida, a presidente deu a palavra à diretora Maria José Nogueira, que transmitiu as seguintes informações: -----

- Desde o dia oito de fevereiro, e de acordo com as orientações da tutela, iniciou-se um novo período de ensino não presencial, seguindo o Plano de Organização do Ano Letivo 2020-2021 elaborado no final do ano letivo anterior (mais precisamente em agosto), onde foi necessário prever a possibilidade de existência de um ensino presencial, um ensino misto e um ensino não presencial. Até à presente data tem corrido tudo dentro da normalidade possível. -----
- A escola tem estado fechada e alguns alunos que não têm instrumento em casa têm vindo estudar à escola. -----
- Na reunião de diretores das escolas públicas do ensino artístico especializado que se realizou hoje ao início da tarde, foi veiculada a informação de que as datas para a realização do estágio da OJ.Com tiveram de ser alteradas, o que traz dificuldades acrescidas à sua organização, podendo mesmo estar em causa a sua realização. Estão desde já adiadas as provas de seleção, embora os

- professores e alunos da EACMC que assim o entendam possam ir realizando as suas gravações, e logo que haja mais informações estas serão transmitidas. -----
- No seguimento da Verificação de Conformidade ao Sistema de Garantia da Qualidade do Curso Profissional, alinhado com o quadro EQAVET, que se realizou no passado dia um de fevereiro na escola, já se encontra disponível na plataforma EQAVET o Relatório Preliminar elaborado pela equipa de peritos. Este parecer foi-nos dado a conhecer ontem e propõe a atribuição do selo de conformidade por três anos ao Curso Profissional da EACMC. Aguarda-se a homologação do referido parecer por parte da ANQEP. A diretora enalteceu o grupo de professores que pertenceu à equipa EQAVET, em especial o professor [REDACTED] que a orientou e elaborou os principais documentos. -----

Seguindo para o quarto ponto da ordem do dia, a presidente descreveu sucintamente ao Conselho os trabalhos que foram desenvolvidos pela Comissão de Apreciação de Candidaturas até ao momento e apresentou os métodos propostos pela referida Comissão para a avaliação das candidaturas ao cargo de Diretor, que são os procedimentos previstos na Lei, designadamente: análise curricular, análise dos Projetos de Intervenção e entrevista individual aos candidatos. Os métodos de seleção para a avaliação das candidaturas ao cargo de Diretor propostos pela Comissão de Apreciação das Candidaturas foram aprovados por unanimidade dos conselheiros presentes. -----

Dando cumprimento ao quinto ponto da ordem do dia e no seguimento do tema do ponto anterior, a presidente apresentou ao Conselho o Regulamento do Procedimento Concursal para a eleição do Diretor da EACMC, elaborado pela Comissão de Apreciação de Candidaturas, que foi igualmente aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. -----

Passando ao sexto ponto da ordem do dia, a presidente apresentou uma questão levantada pela conselheira Paula Simões, que solicita a introdução do horário de funcionamento da EACMC no Regulamento Interno da escola. A presidente passou a palavra à conselheira, que explicou ao Conselho as razões da sua solicitação, que se prendem com questões laborais dos funcionários assistentes operacionais da escola, nomeadamente na sua reivindicação junto da Câmara Municipal de Coimbra de remuneração de horas extraordinárias aquando da realização de trabalho ao sábado; explicou a conselheira que, para efeitos da referida reivindicação seria útil que o horário da EACMC estivesse regulamentado. A diretora Maria José Nogueira tomou da palavra para lamentar que se trouxessem assuntos às reuniões de Conselho Geral sem o seu conhecimento prévio, algo que já não era a primeira vez que acontecia. Referiu que o Regulamento Interno é elaborado em sede de Conselho Pedagógico, sendo apenas aprovado em Conselho Geral e informou que já respondera a esta solicitação da conselheira Paula Simões por correio registado, não tendo mais nada a acrescentar. O conselheiro Filipe Rosa concordou com a diretora e acrescentou que a questão laboral dos funcionários não passa pelo horário ou pelo Conselho Geral. O conselheiro Lúcio Pratas acrescentou ainda que atualmente é competência do diretor da escola apenas a distribuição de serviço aos assistentes operacionais em função das necessidades do estabelecimento de ensino e garantindo o seu bom funcionamento. A conselheira Marta Rovira, enquanto representante da autarquia, disponibilizou-se para contactar a Câmara Municipal também sobre esta questão. A presidente Catarina Peixinho explicou que o assunto não incide em questões de horários de assistentes operacionais ou de distribuição de serviço, acrescentando que, dentro daquilo que são as competências do Conselho Geral, este tem a possibilidade de dar recomendações aos restantes órgãos e de promover o relacionamento com a comunidade educativa, pelo que, se os conselheiros o entenderem fazer, pode a diretora transmitir a sugestão ao Conselho Pedagógico de este proceder à

introdução do horário de funcionamento do Conservatório no Regulamento Interno. O conselheiro Júlio Dias referiu que, sendo o Conselho Geral o único órgão onde os assistentes operacionais estão representados, é natural que a presente solicitação seja apresentada nesta sede e mostrou-se favorável a que se faça a referida recomendação ao Conselho Pedagógico. A conselheira Joaquina Ly acrescentou que, sendo o Regulamento Interno um documento descritivo do funcionamento da escola, fará todo o sentido que o horário nele conste. A conselheira Sofia Novo concordou que as questões laborais relativas aos assistentes operacionais não dizem respeito a este órgão nem à diretora, mas uma vez que a questão apresentada ao Conselho Geral nada tem diretamente a ver com isso, mostrou-se igualmente favorável à recomendação. O conselheiro Carlos Figueiredo rematou referindo não ver inconveniente à introdução desta especificidade no Regulamento Interno, pelo contrário, aconselhando ainda a conselheira Paula Simões a formalizar o seu pedido junto da Câmara Municipal. A presidente concluiu fazendo então duas recomendações ao Conselho Pedagógico, uma para que proceda à introdução do horário de funcionamento da EACMC no Regulamento Interno da escola e outra para que elabore os documentos relativos às provas de acesso, que deveriam ter sido afixadas na segunda quinzena de janeiro. A propósito da segunda recomendação, a diretora justificou que não se elaboraram os referidos documentos na anterior reunião do Conselho Pedagógico uma vez que as provas, este ano letivo, se vão realizar mais tarde e por não haver, à altura, certezas de ser possível fazer as inscrições para as referidas provas de forma presencial durante o mês de abril. Entretanto, já foi possível assegurar a hipótese de estas inscrições se poderem vir a fazer *on-line*. Referiu ainda que vai ser necessário fazer uma adenda ao Regulamento Interno devido aos adiamentos resultantes da pandemia de Covid-19. -----
Não esteve presente na reunião a representante da autarquia [REDACTED] -----
Encerrada a reunião, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Sofia Novo, que a secretariei e pela presidente do Conselho Geral, Catarina Peixinho. -----

(Catarina Fernandes Peixinho de Cristo)

(Sofia da Rocha Gonçalves Novo)